

# INVESTIGANDO INFÂNCIAS E PROCESSOS EDUCATIVOS NA CIDADE DE SÃO GONÇALO

Investigando Infâncias  
e Processos Educativos  
na Cidade de São Gonçalo

Maria Tereza Goudard Tavares<sup>I</sup>

Cintia Larangeira<sup>II</sup>

Julyana Veríssimo<sup>III</sup>

<sup>I</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro/  
Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP)– Brasil

<sup>II</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro/  
Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP-IC/CNPq)– Brasil

<sup>III</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro/  
Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP-IC/UERJ)– Brasil

## Resumo

O presente artigo é resultante de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico realizada no âmbito do projeto “A(s) infância(s) e a cidade: Investigando componentes territoriais de processos educativos de crianças na cidade de São Gonçalo”, que vem objetivando investigar se os componentes territoriais da cidade de São Gonçalo interferem e/ou produzem impactos nos processos educativos e de escolarização inicial das crianças das camadas populares no município. Pretendemos, com este estudo, dar continuidade e complexificar pesquisas que vimos desenvolvendo há quase duas décadas sobre/com o local, destacando a centralidade da cidade de São Gonçalo nas políticas e práticas de educação escolar em curso na metrópole gonçalense.

**Palavras-chave:** Infâncias na cidade; Direito à cidade; Alfabetização cidadã.

## Abstract

This article its result of a qualitative research on ethnographic nature performed around project “A(s) infância(s) e a cidade: Investigando componentes

territoriais de processos educativos de crianças na cidade de São Gonçalo”, which has been objectfying to investigate whether the territorial components of the city of São Gonçalo interfere and/or produce impacts on educational processes and initial schooling for children of the popular layers in county. We intend with this study continue and complexify our research that we have seen developing almost two decades on/with the local, highlighting the centrality of São Gonçalo city in the school education’s policies and practices on progress in the “gonçalense” municipality.

**Keywords:** Childhood in the city; The city as a book of spaces; Citizen literacy.

## CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

O presente artigo é resultante de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico realizada no âmbito do projeto “A(s) infância(s) e a cidade: Investigando componentes territoriais de processos educativos de crianças na cidade de São Gonçalo”, que vem objetivando investigar se os componentes territoriais da cidade de São Gonçalo interferem e/ou produzem impactos nos processos educativos e de escolarização inicial das crianças das classes populares no município. Pretendemos, com este estudo, dar continuidade e complexificar pesquisas que vimos desenvolvendo há duas décadas (1998-2018) sobre/com o local, destacando a centralidade da cidade de São Gonçalo nas políticas e práticas de educação escolar em curso na metrópole gonçalense.

A pesquisa em tela busca situar e investigar as relações que envolvem a infância e o direito à cidade (TAVARES, 2003, 2008, 2010, 2016) e a questão do efeito vizinhança (SANT’ANNA, 2009, 2010 e RIBEIRO, 2008, 2010) como frutos de debates que vêm se intensificando nas Ciências Sociais (ao menos nas últimas três décadas) e no campo educacional, sobretudo nos estudos da Educação Popular e na Sociologia da Educação, de modo mais específico. A partir do diálogo com

a epistemologia existencial de Milton Santos (2000, 1997, 1994), com a perspectiva sócio-antropológica do conceito de alfabetização em Paulo Freire (1993, 1990, 1986, 1979), bem como a centralidade dada aos processos locais por Bourdain (2000) e Carlo (1996), estamos intencionando enfatizar que o direito à cidade, praticado a partir de uma alfabetização cidadã (TAVARES, 2003), pode ser ensinado e complexificado nas escolas públicas de Educação Básica e outros espaços educativos, compreendendo-os como instâncias privilegiadas para aprendizagem da cidade e da vida urbana.

Objetivamos, com a presente investigação, pesquisar as condições de educabilidade (FREIRE, 1967) dos sujeitos escolares, a partir de um estudo sobre os efeitos vizinhança e suas relações com os processos de escolarização da(s) infância(s) gonçalense(s). Temos como foco uma investigação cúmplice na rede pública educacional da cidade de São Gonçalo, visando construir, junto aos professores/as, equipes pedagógicas, familiares e crianças da Educação Básica, um outro ethos, um outro olhar sobre a cidade gonçalense. Olhar este que contribua para um maior conhecimento e complexificação dos processos histórico-culturais inscritos na formação social, cultural e política da cidade.

Para uma melhor compreensão da centralidade da cidade nos processos formativos de crianças e jovens, bem como o papel das cidades educadoras na contemporaneidade, é necessário situá-las no contexto sócio-histórico mais amplo. Numa perspectiva histórica, a temática das cidades educadoras, ou melhor dizendo, sobre o ethos educativo das cidades, apesar de sua emergência na contemporaneidade, poderia ser identificada em pedagogias muito antigas. Como exemplo, seria obrigatório fazer referência à relação íntima que se estabeleceu, na Grécia clássica, entre Paidéia e Pólis, bem como às utopias renascentistas que projetavam cidades em que a educação ocupava um papel fundamental (TRILLA, 1990). A pedagogização da cidade pelos sistemas escolares nascentes tornou-se, a partir da modernidade, um dispositivo de tentativa de controle das profundas contradições que emergiam nas

idades, cujos sinais de metropolização já anunciavam os conflitos inevitáveis das sociedades capitalistas, sedimentadas em modelos político-sociais excludentes.

A partir dessa breve contextualização, afirmar a natureza educativa da cidade implica admitir, no âmbito político-epistemológico, a intencionalidade formadora que a metrópole vem assumindo na contemporaneidade, sobretudo por ser um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997) por excelência, locus da densidade comunicacional e de processos educativos ampliados. Dizer que a cidade é educadora é ressaltar seu caráter de agente educativo. É uma ideia-força que busca ser compartilhada e assumida pelos diferentes atores sociais (TRILLA, 1997), apesar das contradições nodais que tornam a metrópole um cenário dos conflitos e confrontos sociais que, por sua vez, tornam a cidade um lugar das disputas, principalmente pelo acesso aos componentes territoriais que a constituem, tais como o acesso aos equipamentos urbanos, escolas, centros culturais, hospitais, postos de trabalho e lazer, áreas de comércio etc.

Milton Santos (1997) define a cidade como o lugar em que o mundo se move mais, e os homens também. De acordo com essa concepção, a cidade seria um dos lugares da educação, pois, “quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado” (SANTOS, 1997, p.83). Em outra perspectiva, reparar a cidade como uma arena cultural (MORSE, 1996) implica (re)conhecê-la como um espaço de disputa e negociação na qual a produção da relação urbana é permeada pelo conflito/diálogo intercultural entre sujeitos sociais heterogêneos. Nesses conflitos/diálogos, há sempre uma tensão entre os que se colocam em posições antagônicas, e mesmo entre os que se colocam em posição de igualdade, disputando/negociando territórios e sentidos na cidade. Dito de outra forma, a cidade contemporânea é um imenso mosaico, composta por fragmentos. Sua história é escrita nos estilhaços, nos vestígios que a cidade nem tenta esconder, nas fachadas e prédios que resistem ao tempo e que nos recordam outros

tempos, nas imagens esmaecidas dos cartazes que teimosamente habitam os postes, nas suas superfícies, nos letreiros, placas, na publicidade que invade nossa retina: a cidade é um imenso mosaico de textos. Textos sonoros, olfativos, gustativos, tácteis, visuais... A cidade é uma paisagem polissensorial. Um livro de espaços (ALVAREZ, 1994) encharcado de signos, de significações múltiplas. A leitura dessa cidade – mosaico – arena cultural não poderia deixar de ser múltipla e complexa. Assim, ao longo da história humana, a cidade - polis e civitas - é um constante desafio ao reencontro de nossa dimensão política e civilizatória: “Viver em uma cidade educa e reeduca, saber lê-la é alfabetizar-se para poder transformá-la” (ALENCAR, 2000, p. 34).

Nesse sentido, em nossa pesquisa, investigar as possibilidades epistemológicas da cidade e os processos de escolarização de crianças no município de São Gonçalo, pressupõe, necessariamente, a discussão e a ampliação do conceito de alfabetização junto às crianças investigadas. Estamos convencidas que as cidades são e/ou deveriam ser instâncias educativas privilegiadas, e que, cada vez mais, é necessária uma “aldeia inteira para educar uma criança”, como nos ensina um provérbio africano. Dessa forma, tomar a cidade como um livro de espaços pressupõe complexificar o conceito e as práticas de alfabetização para além de sua acepção usual na cultura escolar, que, de modo geral, condiciona a leitura e a escritura de materiais e suportes impressos, gráficos, textuais. A concepção de alfabetização que defendemos implica considerar que ensinar a ler e a escrever não se restringe ao domínio da língua materna, mas sim ao acesso a todos os tipos de linguagens presentes em nossa cultura, isto é, a musical, a gestual, a pictórica, a cinematográfica, a teatral, a fotográfica, a matemática, a não-verbal e tantas outras linguagens que nos possibilitam ler e escrever o mundo em que vivemos. Mundo este, atravessado por diferentes texturologias (CERTEAU, 1995). Para Certeau, a texturologia de uma cidade, de um bairro e/ou rua, se exemplifica pelo seu labirinto de imagens em que os diferentes textos, mensagens, corpos, fluxos

se hibridizam, configurando uma poderosa mídia, cujos significados atravessam o sujeito citadino, exigindo outras formas de percepção, de leitura, de alfabetização no sentido ampliado. Assim, a concepção de alfabetização cidadã (TAVARES, 2003), com que vimos trabalhando, amplifica o conceito de alfabetização, incorporando a temática da cidade como um livro de espaços.

Do ponto de vista do projeto de pesquisa em tela, afirmamos que ler o mundo é também ler o espaço: construção social e histórica da ação humana. Assim, ler o mundo é estudar a sociedade; é estudar o processo de humanização de homens, mulheres, jovens e crianças a partir do território usado; é, na contemporaneidade, especialmente, estudar as relações sociais com e na cidade.

## **A PESQUISA E SEUS PRESSUPOSTOS ÉTICOS, EPISTÊMICOS E POLÍTICOS: AS NOSSAS INTENÇÕES AO INVESTIGAR A(S) INFÂNCIA(S) NA CIDADE**

Fundamentadas em trabalhos anteriores, defendemos que a opção pela pesquisa qualitativa de natureza etnográfica vem possibilitando que pesquisadores e pesquisados possam viver a experiência de uma comunidade investigativa (TAVARES, 2009), na qual o trabalho de campo, a produção do que chamamos empiria, longe de ser apenas um espaço de coleta de dados e de construção de conhecimentos, possibilita um movimento de ação-reflexão-ação coletiva sobre o conhecimento, buscando corroborar o papel da pesquisa como produção intencional de conhecimento numa perspectiva emancipatória, pois, segundo Boaventura de Sousa Santos (2000), todo processo de produção do conhecimento implica e nos desafia aos processos de autoconhecimento, isto é, ao conhecimento de si e do mundo que nos atravessa.

Colocadas essas primeiras questões de natureza teórico-metodológicas, afirmamos que muitas são as nossas intenções na pesquisa com as infâncias e seus territórios

na cidade. Uma pesquisa é sempre motivada por uma multiplicidade de questões, principalmente, políticas, éticas e epistemológicas, além das questões institucionais e pessoais, tais como financiamento, objetivos e experiência de pesquisa. Como anunciamos nas intenções iniciais deste artigo, o desafio de buscar pesquisar com crianças, enxergando-as como sujeitos de direitos e coparticipantes do processo de pesquisa, com protagonismo e participação ativa no desenvolvimento da investigação, exige-nos pensar e problematizar o caráter ético da pesquisa, a concepção de ciência e a concepção de conhecimento que fundamenta o desenho teórico-conceitual da investigação. A decisão de realizarmos uma pesquisa qualitativa, de base etnográfica, longe de nos proteger como pesquisadoras, levou-nos a problematizar o próprio campo científico no qual a pesquisa é produzida, isto é, levou-nos a interrogar alguns parâmetros e procedimentos éticos e conceituais indispensáveis e inerentes à constituição da pesquisa em sua arquitetura aberta, dialógica e plural.

Nesse sentido, o diálogo com Barbosa (2014) tem sido fundamental para a estruturação de nosso movimento investigativo com as crianças e demais profissionais (professoras, merendeiras e inspetores) nas escolas de Educação Infantil em São Gonçalo. Para essa autora, três são os aspectos constitutivos da pesquisa de cunho etnográfico com crianças, e que, de maneira mais ampla, dificultam e nos exigem coerência epistêmica, ética e política no trabalho investigativo, prioritariamente em seu desenho e intencionalidades.

O primeiro aspecto é vinculado à concepção de ciência inerente ao projeto e ações da pesquisa de forma mais ampla, especialmente por ser a pesquisa etnográfica uma tipologia de pesquisa aberta e de escopo interativo, bastante flexível em seus procedimentos metodológicos e ferramentas de produção de conhecimento. O segundo aspecto é que a pesquisa com crianças exige a adoção de um paradigma de conhecimento que as reconheça como sujeito de direitos, como produtoras de cultura e com protagonismo social. O terceiro aspecto, que

deriva do anterior, é a possibilidade e a capacidade de as crianças serem partícipes da pesquisa, tendo direito à publicização de suas imagens, identidades, nomes, bem como a explicitação de suas contribuições intelectuais nos materiais produzidos na pesquisa (BARBOSA, 2014).

Ainda para Barbosa, é fundamental a elaboração de “um mapa das tensões éticas [que possa contribuir] para a discussão e tornar possível a formulação de diretrizes para a pesquisa com crianças que tenham um caráter ético, mas que não impeçam a existência da pesquisa etnográfica, ou participativa da criança” (BARBOSA, 2014, p. 240).

Embora tenhamos clareza da complexidade das questões éticas da pesquisa com crianças, bem como dos inúmeros dispositivos necessários à (auto)reflexividade nesta questão, é necessário frisar que, muitas vezes, além dessas intencionalidades, um dos principais objetivos de uma pesquisa é o relacional, isto é, a criação de vínculos afetivos com determinado espaço e com pessoas que circulam/produzem (n)esse espaço. No nosso caso, no trabalho investigativo em escolas e em outros espaços educativos em São Gonçalo, temos buscado conjugar tanto os objetivos políticos, epistemológicos e éticos, quanto os relacionais e afetivos.

Em nossas pesquisas, narrar a megacidade polifônica, repleta de signos com as crianças, coloca-nos diante de algumas questões: a discussão da cidade, inicialmente associada aos seus aspectos físicos, recebe novos matizes quando associada à concepção de uma arquitetura porosa como uma rocha, nas quais as construções e as ações das pessoas se entrelaçam umas nas outras, em diferentes circuitos da cidade. Nesse sentido, em diálogo com Benjamin (1995) e com a sua concepção da porosidade, a cidade é fundamentalmente algo indefinido, pronto e acabado. Como um livro de espaços, as formas da cidade ganham novas formas a partir do dinamismo da vida e dos percursos das pessoas na cidade.

A cidade, como por exemplo, Paris, é vista pelo filósofo como um enorme livro a ser lido – “Paris é um grande salão de biblioteca atravessado pelo Sena” (BENJAMIN, 1995, p. 195).



É justamente nas páginas/ruas dessa cidade com aparência de livro que Benjamin reitera o objeto de pesquisa e de suas paixões: a metrópole moderna. O olhar benjaminiano flana por ruas e adentra monumentos e toda uma arquitetura grandiosa para nos mostrar um mundo decadente, mas apaixonadamente vivo e repleto de experiências pessoais: “Diariamente a cidade lança neste rio suas sólidas construções e seus sonhos de nuvens como se fossem imagens” (BENJAMIN, 1995, p. 198).

Trazendo essas questões para a metrópole contemporânea, palco e cenário de nossas pesquisas interessadas, entendemos ser fundamental discutir a questão do olhar, tendo em vista a questão de pensar a cidade de São Gonçalo como um (con)texto alfabetizador, reafirmando a nossa concepção da cidade como um livro de espaços, que, para ser lido e compreendido, careceria de ser ensinado (e visto) também na escola da(s) infância(s):

Me ajuda a olhar! {...} Diego Não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajara para o sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim, alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando, finalmente, conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: -Me ajuda a olhar! (GALEANO, 1991, p. 15).

O pedido do menino Diego nos possibilita pensar que, dentre as inúmeras aprendizagens que construímos na vida, também podemos incluir a aprendizagem do olhar. Do olhar a cidade. Segundo José Saramago, em seu livro *Ensaio sobre a Cegueira*, torna-se necessário: se olha, vê e se vê, repara (1995). Reparar. Quase sempre o que não fazemos na cidade é reparar:

re-parar. É necessário reparar a cidade, aprender a olhá-la.

Assim, perguntamos: como podemos, como pesquisadoras, ajudar as crianças a olhar a cidade? Como podemos ensinar a cidade como um (con)texto alfabetizador? Como compreender o olhar das crianças sobre a cidade? Como tomar a cidade como um problema político e epistemológico?

Estas são algumas das questões que nos (co)movem a pensar a cidade como uma questão importante para as infâncias, em especial, as crianças com as quais trabalhamos, entendendo que a experiência urbana pode constituir um pano de fundo comum para alfabetizações mais amplas, vinculadas ao compartilhamento do sensível, daquilo que nos afeta e nos torna (con)viventes na cidade. E as palavras de Walter Benjamin parecem ecoar em nossos ouvidos como um mantra delicado: “O feriado penetra sem resistência qualquer dia de trabalho. A porosidade é lei inescotável dessa vida a ser redescoberta. Um grão de domingo se esconde em todo o dia de semana, e quantos dias de semana nesse domingo” (BENJAMIN, 1995, p. 150). Assim, quantos grãos de domingo subsistem no ar tenso da metrópole contemporânea? Como tornar o direito à cidade uma experiência de felicidade, mesmo que clandestina? (TAVARES, 2012).

## INVESTIGANDO COMPONENTES TERRITORIAIS DE PROCESSOS EDUCATIVOS NA CIDADE DE SÃO GONÇALO

Viver nas cidades hoje é a realidade de mais de 90% de todos os brasileiros e brasileiras (IBGE, 2010). Segundo os números oficiais dos últimos censos demográficos, nas grandes cidades brasileiras denominadas de megalópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras, vivem milhões de pessoas, o que torna essas cidades verdadeiros formigueiros humanos.

A enorme concentração demográfica nas cidades, Estado do Rio, por exemplo, registra a maior taxa de urbanização do Brasil, ocorrida especialmente nos últimos 30 anos, tendo 91% de sua população vivendo em cidades, relaciona-se com os

complexos processos de transformação territoriais advindos do nosso modelo de desenvolvimento capitalista concentrador, de sua ação perversa nas áreas rurais.

A cidade de São Gonçalo, contexto de nossas pesquisas, segundo dados do IBGE (2010), apresenta um altíssimo, acelerado e não planejado crescimento populacional. Contando com mais de 92 bairros, a cidade ainda é um retrato vivo das desigualdades multiplicadas, expressas em seus bolsões de pobreza e violência urbana, que vem constringendo principalmente as crianças das classes populares. Sendo um dos municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, a pluralização das experiências infantis, os diferentes modos de ser criança, bem como a heterogeneização da infância como categoria geracional vêm colocando questões nodais para as diferentes agências sociais reguladoras da infância, como o estado, a família, a escola, os massmedia etc. No caso das escolas das infâncias, sobretudo no interior de suas práticas cotidianas, amplia-se a perplexidade daqueles e daquelas que apresentam dificuldades para compreender o movimento estatuto contemporâneo da infância: os/as professores/as e demais profissionais que atuam nos processos educativos das infâncias no território da cidade.

Com efeito, dialogando com Haesbaert (2004), vimos compreendendo a diversidade conceitual presente ao longo da constituição da palavra território. Essa diversidade oferece algumas pistas para interrogar os jogos de interesses nela presentes. Ao aprofundar a noção do jus terrendi romano, Haesbaert (2004, p. 32) argumenta que este se confundia com o direito de aterrorizar, proclamando as inter-relações etimológicas presentes entre os vocábulos terra – territorium e térreo – territor. Os territórios apresentam, assim, em sua materialidade e em seus componentes territoriais, um caráter semiótico, na medida em que se estabelecem como um campo de significação, de simbologias, devendo ser compreendidos e investigados como uma teia de significados, que, ao ser construída por um determinado grupo social, também o (re)constrói. Segundo López (2008), com relação aos processos educativos na América Latina, sobretudo nas metrópoles densamente povoadas e que apresentam grandes

contradições sociais, uma das expressões mais desafiadoras desse cenário social, que vai se configurando de forma muito perversa (sobretudo para crianças e jovens das classes populares), é a segregação social e espacial.

Desse modo, com base em López, vimos perguntando: Quais as condições de educabilidade da cidade de São Gonçalo? Como vão se constituindo os processos de escolarização das crianças moradoras dos mais diversos bairros da cidade, tais como Salgueiro, Jardim Catarina e Trindade? De que forma a crescente segregação urbana e espacial, bem como o acirramento das desigualdades sociais em São Gonçalo, vêm sendo percebidas e analisadas pelos diferentes sujeitos escolares (diretores, professores, equipes pedagógicas, e familiares) como fatores dificultadores da educabilidade de crianças e jovens das camadas populares no município? De que maneira o efeito vizinhança (SANT'ANNA, 2009), as relações bairro/escola têm sido percebidas e complexificadas pelos diferentes sujeitos escolares? É possível afirmar que, em São Gonçalo, “a cidade é contra a escola” (RIBEIRO, 2008)?

A enorme concentração demográfica nas cidades, ocorrida especialmente nos últimos 30 anos, relaciona-se com os complexos processos de transformação territoriais advindos do nosso modelo de desenvolvimento capitalista concentrador, de sua ação perversa nas áreas rurais. O processo acelerado de urbanização brasileira vem atingindo, nesse começo de século, índices de insuportabilidade, agravando uma desigualdade urbanística que se manifesta numa apropriação desigual das metrópoles, e sobretudo, na violência urbana, que envolve a todos, independentemente (porém com maior, ou menor intensidade) de seu contexto espacial. Na cidade de São Gonçalo, local de nossas andanças interessadas como professoras-pesquisadoras, o projeto ultraliberal em curso vem acelerando a desestruturação da cidade, acentuando sua fragmentação, buscando consolidar as fronteiras objetivas e subjetivas entre cidadãos e não-cidadãos, entre incluídos e excluídos, entre o povo do asfalto e o povo da periferia e dificultando, senão impedindo, a edificação de uma cultura urbana mais identificada com a democracia e a inclusão.

A partir da experiência na cidade e da tentativa de delimitação da pesquisa, vimos refletindo sobre algumas questões acerca do impacto da cidade nos processos de escolarização de crianças das classes populares, buscando discutir, entre outras coisas, as possibilidades educativas da metrópole e suas inter-relações com a escola, na expectativa de contribuir para a ampliação das condições de educabilidade (FREIRE, 1967) das crianças das classes populares. Em linhas gerais, objetivamos, com a pesquisa, contribuir para a formação de professores-pesquisadores de educação das infâncias e para a construção de uma cultura escolar infantil, que tenha, como fundamento da ação educativa, a reinvenção da escola de educação das infâncias como um centro recriador da memória, da história e da cultura da cidade de São Gonçalo, contribuindo para a produção de uma outra urbanidade, na qual o direito à cidade seja cada vez mais uma responsabilidade coletiva, discutido e aprendido em todas as esferas societárias, especialmente nos sistemas escolares municipais. Tomar o local como ponto de partida e chegada em nosso trabalho de pesquisa é vê-lo como o lugar principal da democracia que, sem dicotomizar com o global e o nacional, torna-se uma relação interativa com esses níveis provocada pela possibilidade da mobilidade e intencionalidade das ações humanas. Tais ações, nesse sentido, variam, desde uma inserção mais fortemente ligada à localidade até um estilo de vida sociocultural que, passando pelo local, utiliza-se de outros canais para organizar as relações com o mundo.

## APRE(E)NDENDO A CIDADE COM CRIANÇAS GONÇALENSES: QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Como afirmamos, com base em trabalhos anteriores, vimos optando por uma metodologia polifônica que se fundamenta, principalmente, na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e colaborativo. Ainda do ponto de vista político e epistêmico, três horizontes de questões embasam esta pesquisa.

No que concerne à questão empírica, registram-se os componentes territoriais que constroem ou possibilitam os

processos de educabilidade das crianças das periferias urbanas gonçalenses. Os últimos dados do IBGE (2010) e da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo parecem reiterar os dados empíricos coletados junto aos moradores entrevistados: não está ocorrendo a ampliação de vagas nas redes públicas de Educação Infantil, isto é, nas creches e pré-escolas municipais. A maioria dos moradores dos bairros periféricos só consegue vagas nas creches conveniadas, que funcionam precariamente à margem das políticas públicas municipais (TAVARES, 2010).

Do ponto de vista do direito à cidade, das políticas urbanas e da urbanidade, ampliam-se a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana, aumentando também a violência urbana. Morre-se e mata-se muito na cidade São Gonçalo, principalmente nos bairros e loteamentos irregulares. Não há como não relacionar essas questões aos processos de educabilidade das infâncias nos territórios da cidade. São justamente as infâncias que mais sofrem com a escalada da violência urbana em suas ruas e bairros, pois são alvos fáceis das “balas perdidas”, tanto dos traficantes, quanto da própria polícia, pouco preparada para intervenção nessas áreas de conflitos.

Outro horizonte investigativo diz respeito à questão política. Na contemporaneidade, vivemos um tempo paradoxal, no qual a celebração das virtudes democráticas e a ampliação formal dos espaços de participação e de fortalecimento da sociedade civil entram em choque com o crescente recrudescimento de uma “zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o ilegal, entre o público e o privado, a norma e a exceção, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas” (TAVARES, 2010, p 19).

Ao investigar as trajetórias urbanas e os circuitos de educabilidade das crianças dos bairros delimitados na pesquisa, percebemos a existência de uma zona de indeterminação que atravessa o emaranhado da vida social, repercutindo nas práticas e nos circuitos da vida urbana mais ampla, não somente nos equipamentos escolares. Do ponto de vista do horizonte epistemológico, entendemos ser necessário, cada vez mais, aprofundar a concepção da pesquisa como uma experiência de

conhecimento. Trata-se de focar e deslocar-se do campo do já sabido para a formulação de novas questões e novos problemas, num esforço de complexificar o olhar para o terreno movediço no qual a realidade-território se move/produz.

Em nosso estudo, vimos aprofundando a concepção de que a cidade, mais do que um conceito, é um campo de práticas (TAVARES, 2010). Não se trata de inventar novas teorias e muito menos de domesticar a(s) realidade(s) estudada(s) em alguma matriz explicativa geral. Ao pensar a cidade como um campo de práticas, sobretudo de práticas infantis de conhecimento, representação e apropriação do espaço urbano, busca-se elaborar um plano de investigação mais flexível, mais aberto, que produza linhas de força que nos instiguem a pensar, de forma plural e inventiva, a questão urbana. Esse horizonte, que além de ser epistêmico, também é político, tem nos inspirado a formulação de novas questões, novos problemas de análise, principalmente em diálogo com o mundo da escola que, via de regra, não tematiza a vida urbana como uma questão-limite para os processos de educabilidade infantil.

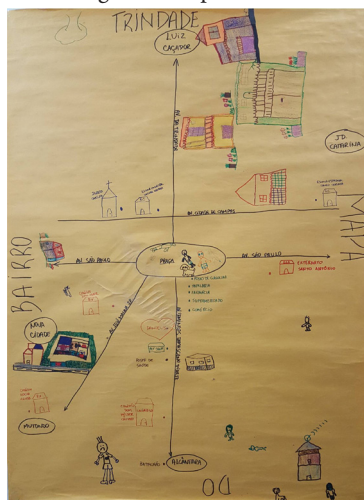
Figura 1: Construção coletiva



Fonte: material de campo da pesquisa

Com vistas a dar materialidade do que estamos realizando em nossa pesquisa, trazemos aqui uma experiência de trabalho investigativo junto a um grupo de crianças no bairro Trindade, em que suas apre(e)nsões sobre os usos da cidade ganham diferentes contornos. Ao construir, com as crianças, narrativas sobre suas experiências de trajetórias/percursos no bairro, foi possível nos aproximar das lógicas infantis, que nos indicam

Figura 2: Mapa coletivo



Fonte: material de campo da pesquisa

outras formas de viver a cidade. Em nossos encontros, gradualmente, avançamos na perspectiva do direito à cidade e na compreensão de que a polissensorialidade dos signos citadinos influencia as práticas infantis de apropriação do território e o sentimento de pertencimento, que contribui na constituição de um sujeito crítico, político e social: um cidadão.

Uma das estratégias de pesquisa com as crianças foi construir com elas, a partir de suas narrativas, um mapa que ilustrava suas trajetórias/percursos e modos de apropriação do bairro. A partir da confecção coletiva do mapa<sup>1</sup> e do diálogo sobre os usos do bairro e a problematização das trajetórias das crianças, foi possível discutir suas demandas concretas sobre as poucas possibilidades que o bairro oferece para que diferentes experiências infantis tais como jogar bola, brincar, andar de bicicleta e patins, ficar sem a presença de adultos, entre outras, possam ser ações efetivas de uso do bairro.

A experiência acima brevemente relatada nos leva a apre(e)nder que, em nossas alfabetizações cotidianas nos territórios, pesquisadores/as, professores/as e crianças, precisam complexificar a questão dos direitos, dentre eles, o direito à cidade, isto é, dos sujeitos usufruírem dos espaços da cidade como uma questão estrutural, de longa duração, que não pode ser invisibilizada nos espaços educativos da cidade.

1 Este mapa é parte do material de campo produzido com as crianças, sujeitos participantes, da pesquisa para a monografia de conclusão do Curso de Pedagogia da FFP-UERJ, junto com a bolsista de IC/CNPq Cintia Larangeira.



Defendemos que a cidadania existente entre nós é fruto de relações sociais complexas, conflitivas, construída em meio a combate e negociações. Defendemos, também, que uma condição cidadã é uma aprendizagem cotidiana construída nas instâncias sociais da qual a escola da(s) infância(s), por sua natureza histórica, representa uma dimensão fundamental.

Assim, a cidadania infantil e o próprio direito à cidade não podem ser tomados e investigados como um dado natural, mas como uma aprendizagem fundamentalmente social, podendo se tornar, nas instituições escolares, um estado de espírito, enraizado na cultura (SANTOS, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS, AINDA QUE PROVISÓRIAS

A partir das questões colocadas no corpo deste artigo, afirmamos que a nossa pesquisa vem caracterizando-se pela articulação ensino-pesquisa-extensão, a partir de um movimento instituinte de investigação-formação, no qual buscamos instaurar, acompanhar, analisar práticas educativas e de formação de professores/as, que projetem espaços educativos na cidade como um locus de preservação e socialização de marcas culturais, histórias e memórias, bem como na construção e na socialização de narrativas e práticas pedagógicas alternativas que nos possibilitem reinventar o mundo a partir do lugar, dos territórios da cidade.

Nesse sentido, do ponto de vista da concepção da cidade de São Gonçalo como livro de espaços, os conceitos de proximidade e distância no território citadino ganham contorno no debate contemporâneo, porque não são apenas dados, tendo significado para a convivência na cidade, sendo uma construção espacial e social cujas condições de produção interessam a nossa pesquisa investigar e refletir. Não obstante, temos nos perguntado sobre a proximidade e a distância da educação gonçalense dos processos históricos e sociais que vêm conformando os projetos político-pedagógicos da educação nacional. Investigar os processos educativos ampliados em

São Gonçalo, sendo esta uma cidade pertencente à periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, interagindo com ela, sem deixar de revelar as suas singularidades, continua sendo um de nossos desafios político-epistêmicos. Em síntese, tomar o local como ponto de partida e chegada em nossa pesquisa nos aproxima do poeta Fernando Pessoa e do escritor russo Tolstói, quando estes afirmam: “Para ser universal canta a tua aldeia”.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. Cinco questões sobre a cidade. In: BASTOS, J. B. **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ALVAREZ, J. M. S. A cidade, livro de espaços. **Revista À margem**, Rio de Janeiro, nº 4, 1994.

BARBOSA, M.C.S. A Ética na Pesquisa Etnográfica com Crianças: primeiras aproximações. **PRÁXIS EDUCATIVA**, Ponta Grossa, v.9, nº 1, p.- 235-245, 2014.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo (Obras escolhidas III)**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARLO, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: EDUSP, 1996.

CERTEAU, M. D. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico nacional.** Rio de Janeiro, 2010.

LÓPEZ, N. A Escola e o Bairro: Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (.). **A Cidade contra escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

MORSE, R. M. Cidades periféricas como arenas culturais. In: ENTEL, A. **La ciudad bajo sospecha: comunicación y protesta urbana.** Buenos Aires: Paidós, 1996.

SANT'ANNA, M. J. G. O Papel do Território na Configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. IN: CARNEIRO, S.S.; SANT'ANNA, M.J.G. (Org.). **Cidade: olhares e trajetórias.** Garamond Universitária: Rio de Janeiro/FAPERJ, 2009.

SANTOS, B. D. S. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício de experiência.** Porto: Afrontamentos, 2000.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARAMAGO, J. **O ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TAVARES, M. T. G. **Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

TAVARES, M. T. G. **A(s) infância(s) e a cidade: discutindo**

processos formativos de crianças nos territórios gonçalenses. Projeto de iniciação científica. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

TRILLA, J. B. Introducción. In: FERNANDO, J.; (ORG.), S. M. **La ciudad educadora**. Barcelona: regidoria d'Edicions y Publicacion, 1990.

TRILLA, J. B. Cidades educadoras: bases conceptuais. In: ZAINKO, M. A. **Cidades educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.